



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 2882 / x ( 4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>26 / 06 / 2009</u>
O Secretário da Mesa <u>Recorrais</u>

Assunto: **Apoio governamental à Feira do Livro de Braga (II)**

Destinatário: **Ministro da Cultura**

*Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

Na Resposta à Pergunta do Grupo Parlamentar do PCP n.º 2295/X/4.ª, de 13 de Maio de 2009, sobre o assunto em epígrafe, ficaram por responder vários itens, a saber:

2. Qual a verba global anual destinada a apoiar eventos similares nos últimos 4 anos? Quanto coube aos eventos de Lisboa e Porto? Há outras feiras ajudadas? Quais?
4. Que avaliação faz o Governo da situação económico-financeira da empresas e mercado do sector livreiro? Que posição tem face ao processo de concentração em curso?
5. Não julga o Governo que a especificidade do sector e a sua importante actividade – insubstituível papel (entre outros) de produtores e distribuidores do suporte material de autores e outros criadores – exigem, no momento em que o País atravessa, inadiáveis medidas? Que medidas o Governo vai (ou tem indicadas) desencadear para apoiar o sector, nomeadamente as suas pequenas empresas?

Anexo a Pergunta e referida Resposta.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Cultura** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- (i) Qual a verba global anual destinada a apoiar eventos similares nos últimos 4 anos? Quanto coube aos eventos de Lisboa e Porto?
- (ii) Há outras feiras ajudadas?
- (iii) Quais?
- (iv) Que posição tem face ao processo de concentração em curso?
- (v) Não julga o Governo que a especificidade do sector e a sua importante actividade exigem, no momento que o País atravessa, inadiáveis medidas?
- (vi) Que medidas o Governo vai (ou tem indicadas) desencadear para apoiar o sector, nomeadamente as suas pequenas empresas?

Palácio de S. Bento, 26 de Junho de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
**Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares**

Ofº nº 4446/MAP - 22 Junho 09

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
--------------	------------------	--------------	------

**ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA N.º 2295/X/4ª**

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º. 1940 de 19 do corrente, do Gabinete do Ministro da Cultura sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Pe'l'A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

SMM



GABINETE DO MINISTRO DOS  
ASSUNTOS PARLAMENTARES  
ENTRADA N.º 4120  
DATA: 22/06/2009

MINISTÉRIO DA CULTURA  
*Gabinete do Ministro*

Exma. Senhora **1906'09 01939**  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
o Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Dra. Maria José Ribeiro  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

**Pº 01.02.01 (PCP)**

**V/Refa. Of. nº 3378/MAP  
14.05.09**

**ASSUNTO: PERGUNTA Nº 2295/X/4ª – AC de 13 de Maio de 2009 – Apoio  
Governamental à Feira do Livro de Braga**

Encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Cultura de, em referência ao ofício n.º 3378/MAP, de 14.05.09, informar o seguinte:

1. No quadro das suas atribuições, o Ministério da Cultura, através da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB), apoia de forma regular Instituições e Associações de carácter cultural que, pela sua inserção na sociedade civil, desempenham um papel complementar da acção da referida Direcção-Geral.

Os subsídios concedidos pela DGLB destinam-se a compartilhar financeiramente os projectos e actividades na área do livro e da leitura que, sendo relevantes para a actuação das respectivas Instituições, contribuem também para a consecução dos objectivos definidos pela DGLB no que respeita à criação, edição, difusão do livro e promoção da leitura.

Não é prática da DGLB conceder apoios financeiros às Feiras do Livro, geralmente organizadas pelas autarquias, por associações de editores ou por empresas.



MINISTÉRIO DA CULTURA  
Gabinete do Ministro

Se bem que a Feira do Livro de Braga tenha recebido, há alguns anos atrás e a título excepcional, um apoio financeiro por parte do então Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (por se ter considerado que o certame constituía uma manifestação cultural deficitária), essa decisão foi reavaliada, uma vez que, por um lado, o Parque de Exposições de Braga dispõe de recursos próprios e sempre contou com os apoios da Câmara Municipal de Braga e de empresas privadas e, por outro lado, as actividades culturais do programa (que se estendem por áreas muito diversas e externas ao âmbito da DGLB como concertos, teatro, exposições de fotografia e ateliers de arte) não justificavam essa excepcionalidade.

2. Não tendo Sua Excelência o Ministro da Cultura disponibilidade de agenda para presidir à inauguração da Feira do Livro Braga para a qual foi convidado, fez-se representar pela Senhora Directora Regional da Cultura do Norte. Desse facto foi atempadamente informado o Senhor Administrador Executivo do Parque de Exposições de Braga.
3. Reconhecendo a necessidade de qualificar instrumentos de regulação do mercado editorial e livreiro (como as estatísticas do livro ou os repertórios bibliográficos), a DGLB contratou o Observatório das Actividades Culturais (OAC) para que elaborasse um Inquérito ao Sector do Livro, definindo a metodologia para o levantamento e estudo da informação estatística do sector.  
Foi apresentado publicamente em Janeiro de 2008, o primeiro Relatório de Progresso do referido inquérito, estando actualmente o OAC a trabalhar as respostas das editoras aos questionários que elaborou.  
Esperam-se os primeiros resultados em Novembro próximo; só nessa altura o Ministério da Cultura se poderá pronunciar.
4. O Ministério da Cultura, através da DGLB, tem um conjunto de programas de apoio, directo ou indirecto, aos editores. Referimo-nos aos programas de apoio à edição de ensaio e à edição de revistas culturais, destinados a editoras nacionais e ao programa de



MINISTÉRIO DA CULTURA  
*Gabinete do Ministro*

apoio a obras clássicas do património literário português de difícil comercialização, igualmente destinado a editoras nacionais.

De igual forma, o Decreto-Lei n.º 43/2006 de 24 de Fevereiro estabelece que o Estado suporta os encargos totais correspondentes à expedição para as Regiões Autónomas, por via marítima, de publicações não periódicas e, por via aérea e marítima, de publicações periódicas de informação geral. Cabe à DGLB o reembolso desses portes para as ilhas no que se refere a todos os livros não escolares publicados no continente.

Também os outros projectos da DGLB se reflectem no apoio ao sector do livro: a promoção da leitura através rede nacional de bibliotecas públicas (em 2008, 727 acções relacionadas com o livro e a leitura foram realizadas em 193 bibliotecas e em estabelecimentos prisionais); a divulgação dos autores portugueses no estrangeiro (através do apoio à tradução de obras publicadas em Portugal e do apoio à edição no Brasil de obras igualmente publicadas em Portugal; do apoio à deslocação de autores para o lançamento das suas edições no estrangeiro); a aquisição do fundo bibliográfico inicial para as Bibliotecas Municipais da RBNP inauguradas, financiado em 50% pela DGLB; a cooperação com os PALOP na área do livro, designadamente através da realização de feiras do livro nos PALOP e Timor Lorosae totalmente adquiridas pelo Estado português.

5. No âmbito do ministério da Cultura, a Inspecção-Geral das Actividades Culturais (IGAC) leva a cabo acções inspectivas tanto na verificação do cumprimento da lei do Preço Fixo do Livro<sup>1</sup>, quanto no combate à cópia ilícita e à comercialização ilegal de livros.

Em 2008, na área da Reprografia, a IGAC efectuou 179 inspecções (contra 81 inspecções em 2006 e 147 em 2007), nas quais apreendeu 17.527 livros, quer copiados em papel ou digitalizados, quer impressos tipograficamente, para além de equipamentos usados na reprodução ou armazenamento de obras.

---

<sup>1</sup> De acordo com o artigo 16º do Decreto-Lei nº 176/96 (ou com o artigo 16º do Decreto-Lei nº 216/2000, de 2 de Setembro, com as alterações à lei do Preço Fixo)



MINISTÉRIO DA CULTURA  
Gabinete do Ministro

Na área da verificação do cumprimento do Preço Fixo do Livro, as fiscalizações incidem sobre: preço de venda ao público do livro com descontos superiores a 10% ou 20% nos primeiros 18 meses de edição; publicidade que contrarie as disposições legais; controlo das ocasiões especiais (25 dias anuais).

Esta actividade é desenvolvida tanto em espaços físicos (sendo as grandes superfícies os principais locais objecto de inspecção), como nas vendas *on line*, através do controlo dos sítios que as editoras/livrarias possuem na Internet.

No âmbito da aplicação do preço fixo, decorreram, em 2008, 32 inspecções (nos distritos de Coimbra, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal) e, em 2009, tiveram lugar outras seis (apenas no distrito de Lisboa).

Em 2008, foram levantados cinco autos de notícia e, em 2009, até ao presente, levantaram-se quatro autos de notícia.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

Luís Chaby Vaz



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 2295 / x ( 4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>13</u> / <u>5</u> / 200 <u>9</u>
O Secretário da Mesa

*Fernando Santos*

Assunto: **apoio governamental à Feira do Livro de Braga**

Destinatário: **Ministro da Cultura**

*Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

Na visita que realizei à 18ª Feira do Livro de Braga, mais uma vez fui informado pelos seus responsáveis que este evento continua sem qualquer apoio oficial. O último apoio aconteceu no mandato do Ministro Carrilho.

Considerando que é sabido que há apoios do Ministério da Cultura às Feiras do Livro de Lisboa e Porto;

Considerando que a acrescer, às enormes dificuldades da generalidade das pequenas e até grandes editoras e distribuidoras livreiras portuguesas, desencadeando um acelerado movimento de falências e aquisições e a consequente concentração no sector, a queda do poder de compra dos portugueses reduz as vendas de livros e a rentabilidade da presença nas feiras;

Considerando que a situação descrita vai inviabilizar a presença de muitas pequenas empresas do ramo em futuros eventos;

Considerando que os próprios organizadores da Feira do Livro de Braga questionam a sua sobrevivência futura;

Considerando ser desnecessário referir o importante papel cultural das Feiras do Livro, não apenas pelo veículo privilegiado que são para a divulgação do livro e enraizamento da leitura, tão preciso, como de pão para a boca, dir-se-ia noutras épocas (e talvez também na que atravessamos), mas também pelo que representam de importantes momentos, de contacto dos autores e criadores com a população, o que a Feira de Braga bem tem feito;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Considerando ainda que não é aceitável uma política cultural (diga-se, nem outras políticas), onde todo o País é paisagem, à excepção de Lisboa e Porto,

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Cultura** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Porque razões, não são apoiados eventos como o da Feira do Livro de Braga?
2. Qual a verba global anual destinada a apoiar eventos similares nos últimos 4 anos? Quanto coube aos eventos de Lisboa e Porto? Há outras feiras ajudadas? Quais?
3. Porque razão, nem sequer a presença de membros do Governo se verificou em Braga, reconhecendo pelo menos a importância da Feira?
4. Que avaliação faz o Governo da situação económico-financeira das empresas e mercado do sector livreiro? Que posição tem face ao processo de concentração em curso?
5. Não julga o Governo que a especificidade do sector e a sua importante actividade - insubstituível papel (entre outros) de produtores e distribuidores do suporte material de autores e outros criadores - exige, no momento que o País atravessa, inadiáveis medidas? Que medidas o Governo vai (ou tem indicadas) desencadear para apoiar o sector, nomeadamente, as suas pequenas empresas?
6. Que medidas de fiscalização tem o governo realizado no comércio do sector, travando violações da Lei da Concorrência, nomeadamente concorrência desleal com venda de livros novos com descontos ilegais, por parte de grandes grupos de distribuição livreira? Quantas e quais as fiscalizações realizadas?

Palácio de S. Bento, 13 de Maio de 2008

O Deputado,

Agostinho Lopes